

Diante da ameaça de demissões na região, o SEESP e outras entidades sindicais elaboraram proposta para manter a atividade econômica e evitar que a crise se aprofunde. Iniciativa inspira-se no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, criado pelos engenheiros em 2006.

Página 5

Trabalhadores da Baixada Santista unem-se contra o desemprego



Carta aberta ao prefeito FERNANDO HADDAD

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

Uma pergunta que
não cala: por que não
dar aos engenheiros
e arquitetos que atuam
na cidade de São Paulo
condições de exercerem
suas atividades
de forma adequada?

GOSTARIA DE, nesta oportunidade, me dirigir diretamente ao Exmo. Sr. Prefeito Fernando Haddad, na esperança de captar sua atenção para um problema que diz respeito aos engenheiros e arquitetos que atuam na administração municipal, mas também ao bem-estar da população de São Paulo e ao desenvolvimento da cidade. A situação desses profissionais é grave já há muitos anos: não têm plano de carreira adequado, seus ganhos estão muitas vezes abaixo do piso e acumulam perdas salariais de mais de 60%. Desde o início do seu mandato, contudo, organizados pelo SEESP, os engenheiros e arquitetos retomaram a mobilização acreditando ser possível mudar esse quadro, confiantes na possibilidade de negociação.

Infelizmente, esse caminho mostrou-se menos profícuo que o esperado. Aconteceu um sem-número de reuniões e conversas, com as mais diversas autoridades, sem que se obtivesse resultado positivo. Uma greve de 15 dias, em 2014, foi necessária. Depois de muita luta, esses trabalhadores conseguiram ao menos ser excluídos de uma proposta de legislação que não atendia suas reivindicações e trazia prejuízos ainda maiores. De forma perseverante e confiante, retomaram-se as negociações que tinham como objetivo chegar a uma fórmula de plano de cargos e salários que trouxesse o reconhecimento do trabalho de engenheiros e arquitetos e lhes garantisse possibi-

lidade de ascensão na carreira pública e remuneração adequada aos servidores. Embora tenha se comprometido com essa meta, a Prefeitura enviou em junho último, ao Legislativo, o Projeto de Lei 305/2015, que simplesmente mantém todos os problemas da proposta anterior.

Essa atitude da sua administração deixou-nos a todos perplexos, conforme demonstrado na audiência pública sobre o assunto realizada em 19 de agosto, na Câmara Municipal. Cerca de 400 profissionais lotaram o plenário, enquanto outros 200 ficaram do lado de fora por falta de espaço, para, pela milésima vez, afirmar que não querem e não podem aceitar duas imposições descabidas: remuneração por subsídios e serem nomeados como “analistas” em vez de engenheiros ou arquitetos.

Nesse impasse, caríssimo Prefeito, há perguntas que não calam. Qual a dificuldade de se atenderem reivindicações básicas de trabalhadores qualificados que são essenciais ao município, como já dissemos acima? Por que não lhes dar condições de exercerem suas atividades de forma adequada? Mais que isso, por que não tornar a carreira pública de

engenheiros e arquitetos na maior cidade do Brasil uma alternativa promissora e atraente aos jovens que saem das universidades? Por que não fazer desses quadros técnicos, que são verdadeiramente comprometidos com o seu trabalho, aliados na missão de transformar São Paulo em uma cidade mais humana? Por fim, Prefeito, lembramos que a justiça das reivindicações dos profissionais e a possibilidade de a Prefeitura atendê-las já foram demonstradas em diversas ocasiões. Porém, continuamos totalmente à disposição para discutir o assunto quantas vezes forem necessárias, sempre abertos ao diálogo. Mas, insistimos, chegar a um bom termo para essa situação seria do melhor interesse para todos, especialmente para São Paulo. E a categoria segue unida e mobilizada, pois, como Vossa Excelência bem sabe, o bom combate não pode cessar. Renovamos aqui os nossos votos de estima e consideração, desejando sucesso na condução da nossa cidade, e torcendo para que os engenheiros e arquitetos façam parte dessa nobre tarefa de forma qualificada.

Um forte abraço!



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Edras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotelito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1ª a 15 de setembro de 2015. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

FEILADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



O petróleo é nosso! – Parte II

Cid Barbosa Lima Junior

NO ARTIGO ANTERIOR, contamos um pouco da história de luta em prol da Petrobras e duas derrotas para o truste internacional. Neste, trataremos das lutas mais atuais, avanços e recuos. É conveniente lembrar que em 1995 houve a maior greve da história da Petrobras, uma paralisação que durou 32 dias, e o Governo Fernando Henrique colocou tropas do Exército para ocupar as refinarias. O governo estava interessado em privatizar a empresa. Mas, diante da resistência da Federação Única dos Petroleiros (FUP), teve que adiar seus objetivos.

No seu último ano de governo, FHC fez nova tentativa – frustrada –, que levantava outro nome para a empresa: Petrobrax.

Hoje, uma das consequências da chamada “Operação Lava Jato” – além de derrubar uma corrupção sistêmica, o que é importantíssimo – tem sido a diminuição dos lucros da Petrobras e das empresas que trabalham com ela, afetando ainda mais a economia brasileira.

A proposta de desmonte do modelo de partilha da Petrobras no pré-sal aponta para retrocesso. É preciso defender a riqueza nacional.

Afinal, a soma do que a Petrobras e as empreiteiras geram corresponde, praticamente, a um quarto do nosso PIB (*Produto Interno Bruto*).

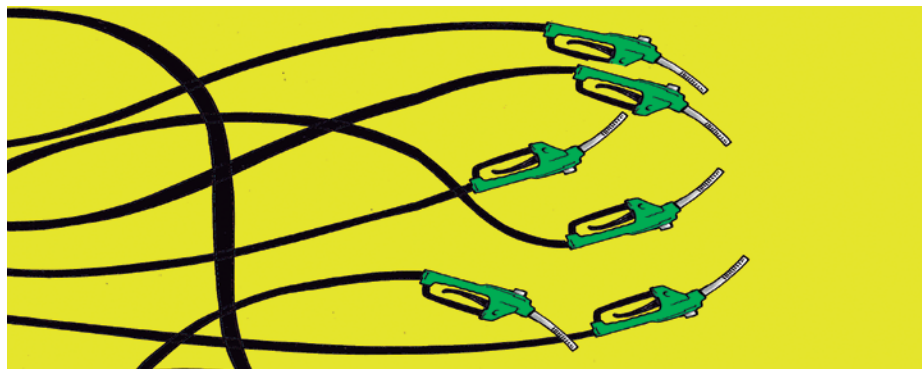
Vários empresários de porte foram presos, por tempo maior do que na ditadura civil-militar. Naquela época, os Departamentos de Ordem Política e Social (Dops) tinham no máximo quatro meses para encaminhar os indiciados à Justiça

Militar. Hoje há presos completando quase um ano de detenção “temporária”. Isso tem afetado duramente a economia.

Já o senador José Serra (PSDB-SP), ao apresentar o Projeto de Lei 131/2015, levanta a bandeira contra o modelo de partilha da Petrobras no pré-sal. Esse modelo assegura à empresa e ao Brasil o controle dos recursos e, ao mesmo tempo, que a maior parte da renda do petróleo e do gás extraídos e comercializados seja investida em educação, saúde, inovação e meio ambiente. O desmonte do modelo de partilha faz parte de uma política que visa reduzir o papel do Estado no desenvolvimento e abrir as portas de nossa riqueza ao capital internacional. Se no Oriente Médio os países colonialistas fazem guerras pelo petróleo, aqui aliciam maus brasileiros para demolirem, por leis, nossas conquistas.

Tramitando no Senado, esse projeto de lei, caso aprovado, será um retrocesso. E levará os petroleiros, os nacionalistas e os defensores do Brasil como Estado independente e soberano a levantarem novamente a bandeira “O petróleo é nosso!”.

Cid Barbosa Lima Junior é engenheiro



PRONUNCIAMENTO OFICIAL

MEUS QUERIDOS
BRASILEIROS
E BRASILEIRAS.



QUERO DIZER QUE
NOSSO GOVERNO
ESTABELECEU UM RUMO
SEGURO E FIRME.



NÃO VAMOS NOS
DESVIAR DESSE CAMINHO!



SEGUIREMOS SEMPRE
FAZENDO O MELHOR
PARA NOSSO POVO!



CUSTE O
QUE
CUSTAR!



Continua disputa
por controle do
Porto de Santos

Qual o horizonte
que sua empresa
quer alcançar?

Divulgue seu
produto ou
serviço aos
engenheiros
do Estado de
São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



Engenheiros da Prefeitura dizem não ao subsídio

Deborah Moreira

PROPOSTA PELA Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de São Paulo, audiência pública no Salão Nobre daquela Casa sobre o Projeto de Lei (PL) nº 305/2015 do Executivo foi marcada por manifestações contrárias à proposta, que institui as carreiras de engenheiro e arquiteto do município. Cerca de 400 pessoas compareceram à iniciativa e, por falta de espaço, outras 200 permaneceram do lado de fora, de acordo com estimativa dos delegados sindicais do SEESP na Prefeitura, presentes à atividade.

A oposição se deve ao fato de o PL, ao contrário do que o governo havia se comprometido anteriormente, manter os servidores públicos em regime de subsídio. A forma de remuneração proposta congela os salários, uma vez que o piso e todas as gratificações do servidor são somados, tornando-se um valor único. Desse modo, os trabalhadores serão obrigados a abrir mão de futuras gratificações, que atualmente são pagas por tempo de serviço ou cargo exercido.

Em 2014, o Executivo aceitou retirar os engenheiros e arquitetos do PL 312/14, que propunha o subsídio para todos os servidores, com o compromisso de enviar novo projeto de lei com carreira própria. “Mandaram a mesma proposta do ano passado, com um texto cheio de vícios e equívocos. Precisamos mudar isso. Vamos exigir a remuneração por vencimentos”, declarou ao final da audiência o engenheiro Sergio Souza, delegado sindical do SEESP na Prefeitura. “Do ponto de vista da participação da categoria, foi ótimo. Ficou

de forma inequívoca a posição nossa sobre o PL”, completou Carlos Hanickel, assessor do sindicato.

O vereador Aníbal de Freitas (PSDB), que compôs a mesa, lembrou que outras categorias já foram contempladas com projetos aprovados na Câmara e questionou sobre o porquê de os engenheiros e arquitetos ainda não. “Existe muita discrepância nesse projeto. Sou engenheiro de carreira e gostaria que houvesse uma sensibilidade muito grande do Executivo, porque os vereadores terão. Não tem um que é contra”, disse ele, sob uma salva de palmas.

Quem também foi bastante aplaudido foi o vereador Nelo Rodolfo (PMDB), ao lembrar que o governo se comprometeu com os servidores de enviar um plano “resgatando cada engenheiro e cada arquiteto da cidade”. “O Executivo mandou o mesmo plano. Nós não vamos votar isso. Os líderes da Câmara vão votar o projeto que foi combinado com o governo. Engenheiro tem que ser engenheiro e arquiteto tem que ser arquiteto”, exclamou, referindo-se à classificação dos profissionais como “Analista de desenvolvimento urbano”. O parlamentar propôs enviar um texto substitutivo para o Executivo, caso ele não o faça.

Remuneração por mérito

Durante a atividade, Taisa Endrigue, que há nove anos atua como arquiteta do município, lembrou que, segundo notícia divulgada no *site* da Câmara, alguns vereadores declararam que a remuneração por mérito aprovada recentemente pela Casa para auditores fiscais deveria ser estendida às demais carreiras da Prefeitura. “Menos de dois meses depois, estamos aqui, engenheiros e arquitetos, diante de uma proposta de subsídio que retira todos os itens de mérito da nossa remuneração. Sofri muito para incorporar o cargo que eu tenho. E agora vão me tirar”, declarou ela, emocionada, sendo aplaudida de pé por todos os presentes. Endrigue ressaltou ainda que na mesma matéria da Câmara, o líder do Governo, vereador Arselino Tatto (PT), diz que, ao aprovar o PL dos auditores, quem ganha é a administração e a população. “Acredito

que o mesmo vale para nós, engenheiros e arquitetos, não?”, indagou ao parlamentar, presente à mesa.

O engenheiro Paulo Sinardi elencou os benefícios do pagamento por vencimentos, quando comparado ao subsídio, dirigindo-se ao secretário de Finanças municipal, Valter Correia, também à mesa. De acordo com Sinardi, a remuneração por vencimento premia o mérito e a experiência acumulada, além do tempo dedicado ao serviço público, uma vez que permite o pagamento de gratificações para engenheiros e arquitetos com atuações diferenciadas relativas à natureza e ao local de trabalho, como os plantões e locais distan-

Categoria luta por valorização profissional, com remuneração que premie mérito e experiência acumulada.

tes. Permite, ainda, gratificação por resultados de desempenho, produtividade e conquista de metas. Além disso, incentiva o aprimoramento técnico a partir de cursos específicos e promove ganho adicional independentemente das políticas públicas de cada governo, bem como a paridade entre ativos, inativos e pensionistas. Também torna os concursos mais disputados, selecionando e mantendo nos seus quadros profissionais mais preparados e com visão de benefícios de longo prazo, o que faz com que a Prefeitura não os perca. Sinardi esclareceu ainda que nada disso pode ser obtido com subsídio. E frisou que se esse for implementado, “despertará na maior parcela da nossa categoria um profundo sentimento de frustração e derrota”.

Ao final, Correia deixou claro que, com relação à nomenclatura da carreira e outros pontos, é possível fazer alterações. Mas reafirmou o posicionamento do prefeito Fernando Haddad de manter a remuneração por subsídio, “que é uma realidade e veio para ficar na Prefeitura de São Paulo. Isso será feito para todas as carreiras”.



Audiência pública no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo sobre projeto de lei do Executivo reuniu cerca de 400 pessoas.

Beatriz Arruda

CRESCE BAIXADA SANTISTA PROPÕE AÇÕES AO ENFRENTAMENTO DA CRISE NA REGIÃO

Soraya Misleh

O DESLIGAMENTO em final de maio último pela Usiminas de alto-forno – equipamento de uma das etapas da produção do aço – em Cubatão (SP) foi o sinal de alerta às entidades da Baixada Santista de que era preciso agir contra os impactos da crise também nessa Região Metropolitana (RMBS) e assim, evitar demissões em massa.

Assim surgiu o “Cresce Baixada”, a partir de iniciativa do SEESP, via sua Delegacia Sindical na Baixada Santista, em parceria com outras entidades representativas dos trabalhadores na localidade, como da construção civil, metalúrgicos e rodoviários.

Inspirado no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) –, objetiva o enfrentamento desse cenário com propostas objetivas. Até o momento, foram realizadas cerca de dez reuniões, com a participação de diversas entidades, do Grupo de Trabalho do Conselho Sindical local e de outros integrantes desse. “Acreditamos que há saída. Estamos tentando reagir usando os poderes constituídos para reverter a atual maré”, enfatiza Newton Guenaga Filho, presidente da delegacia do SEESP. E acrescenta: “Nosso escopo é estimular investimentos em grandes obras na região.”

Assim, entre as propostas reunidas no “Cresce Baixada” estão obter o compromisso das empresas de não demissão por no mínimo um ano e listar os projetos elencados para a RMBS (confira quadro). Segundo Uriel Villas Boas, secretário da área previdenciária da Federação Interestadual dos Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (Fitmetal), diante da necessidade de retomar a produção de aço, a ideia básica é estimular seu consumo nas obras para implementação na região de estaleiros navais, pela indústria ferroviária e na estruturação de moradias. Além do combate ao de-

semprego crescente na RMBS, ele acredita que a iniciativa serve de embasamento a outras áreas industriais buscarem alternativas afins.

Necessidade

Conforme o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santos (Sintracomos), Luiz Carlos de Andrade, a situação sobretudo em Cubatão é drástica e exige ação como essa: “Enquanto no Brasil a média de desemprego é de 7%, nessa cidade alcança mais de 20%. E entre quem está trabalhando, o clima é de insegurança. É um problema dos nove municípios da região, do Estado e da União. O ‘Cresce Baixada’, suprapartidário e visando envolver os prefeitos locais e parlamentares, além da Agem (Agência Metropolitana da Baixada Santista, do Governo do Estado), é o ambiente para apontarmos os projetos necessários.” Ele complementa: “Temos obras a serem feitas. É necessário planejamento, orçamento e financiamento de Estado. É a possibilidade de novas perspectivas aos trabalhadores em geral.” Ao setor da construção

Ações propostas

- Os empregadores devem manter o emprego de seus trabalhadores por pelo menos um ano, podendo buscar alternativas de redução de custos através de práticas existentes na legislação (férias coletivas, licenças não remuneradas, redução de jornada, lay-off etc.);
- o Poder Executivo deve incentivar/estimular as empresas a manterem os seus trabalhadores e em contrapartida isentar de impostos ou oferecer outros subsídios/alternativas que visem diminuir os custos das companhias;
- listar os projetos de obras da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS);
- dar preferência à contratação de trabalhadores da região;
- definir um calendário assegurando a periodicidade de trabalho do fórum;
- definir propostas de preparação de mão de obra, implementando cursos relativos aos temas citados e também para outras atividades profissionais;
- criar frente de trabalho por parte do Estado/municípios de acordo com os dados de cada Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) da região;
- curso técnico um dia por semana aos desempregados, com 340 horas;
- formar uma Comissão representativa para contatos com os governos municipais, estadual e federal, solicitando a indicação de organismos



Reunião na agência metropolitana da região discute ações propostas pelo “Cresce Baixada Santista”.

civil, Andrade vê grande potencial, a partir do consumo do aço: “Queremos que seja aplicado em grande escala.” E adverte: para um bom resultado, o Governo precisa controlar as importações dessa matéria-prima.

As propostas elencadas no documento “Cresce Baixada” já foram entregues, de acordo com Guenaga, a todos os prefeitos da região. Estão previstas para breve reuniões com parlamentares e outras autoridades, de modo que se comprometam com as propostas para fazer frente à atual conjuntura.

- que possam discutir encaminhamentos (Indústria, Comércio, Planejamento, Finanças);
- obter um panorama da situação do emprego na Baixada Santista através de dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese);
- Propor a análise da possibilidade de instalação na RMBS de indústrias que lidem com o aço, como é o caso de estaleiros navais e ferroviárias;
- avaliar a implementação de projetos habitacionais com estrutura de aço;
- avaliar também propostas da indústria química e petroleira;
- envolver o segmento universitário regional em relação a projetos e pesquisas que possam contribuir para a aplicação das propostas;
- proceder a formação das câmaras setoriais;
- criação de um parque tecnológico regional;
- instalação de novos cursos e campi de faculdades do Estado na região, nos municípios em que não há;
- promover a Conferência de Educação Profissional Tecnológica, reunindo o setor público, a iniciativa privada, o mundo acadêmico e o setor produtivo.



TRABALHADORES E EMPRESÁRIOS *se unem* POR REINDUSTRIALIZAÇÃO

Deborah Moreira

EMATO NA Capital que reuniu milhares na Avenida Paulista, intitulado “Grito em defesa da indústria e do emprego”, no dia 13 de agosto, trabalhadores e representantes da indústria nacional unificaram esforços para chamar a atenção sobre a desindustrialização e a consequente perda de postos de trabalho no setor. Para economistas e dirigentes sindicais, a atual desaceleração é fruto da opção por juros altos, excessiva carga tributária, câmbio sobrevalorizado e baixo investimento público.

Entre as medidas para alavancar o setor propostas pela manifestação, está mudança na política macroeconômica, com redução da taxa Selic, e adoção de estratégia para se obter industrialização com autonomia tecnológica.

Marco Aurélio Cabral Pinto, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e consultor do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) –, lembra que a economia do Brasil vinha dando certo. Apesar da crise internacional, havia um crescimento duradouro na criação de empregos e combate à informalidade. Agora, para ele, nem mesmo a exportação deve servir como novo motor da industrialização. “O mundo caminha progressivamente para um cenário de instabilidade tanto econômica quanto política e, portanto, não se pode apoiar uma estratégia para o País em um

Mudança na política econômica, com redução da taxa de juros, e adoção de estratégia nacionalista estão entre propostas para enfrentar a crise.

aprofundamento da inserção internacional.” Junto a isso, o grande projeto de criar uma pátria educadora canalizando os recursos do petróleo, especialmente da camada pré-sal, “para a superação de umas das estacas do desenvolvimento brasileiro”, foi interrompido.

Diante desse quadro, na sua concepção, um dos pilares fundamentais para fortalecer a indústria é a adoção de uma estratégia nacionalista. Essa deve reconhecer, considera, em primeira linha, a fragilidade estrutural da balança de pagamentos, a qual se divide em dois: fluxo de capitais e estoques (recursos que entram no País de outras formas, como aquisição de empresas, compra de títulos públicos brasileiros, imóveis etc.), que tornam o Brasil dependente da entrada de capital estrangeiro.

Para tanto, Cabral Pinto defende que seja criada uma “burguesia tecnológica”. “Senão, não teremos empresa de capital nacional, competitiva em escala internacional. Precisamos ser pioneiros em setores novos”, afirma, citando como exemplo serviços de reflorestamento que, na sua avaliação, serão um grande mercado em escala mundial daqui a 50 anos. Ademais, ele propugna que se eleve o investimento público, a partir de planejamento participativo das populações locais, levando em conta as variáveis mais estratégicas do País hoje, como água.

Cabral Pinto adverte, contudo: “A curto e médio prazo, vamos passar por um sacode financeiro.” Para ele, o principal componente desestabilizador, que obriga a elevação de juros neste momento, é a balança de pagamentos, e não a inflação. “Estamos numa situação de emergência. E chegamos até aqui porque houve um peso excessivo na balança, causado por forças políticas do País”, avalia Cabral Pinto, que condena a atual política de ajuste fiscal, a qual, em sua visão, vai gerar ainda mais desaceleração econômica e desemprego.

mente com a Força Sindical, União Geral de Trabalhadores (UGT) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), promoveu o ato na principal via da Capital. De acordo com a entidade patronal, o ramo de bens de capital vem perdendo milhares de empregos nos últimos quatro anos – 55 mil demissões desde 2012, sendo 30 mil só entre janeiro e junho deste ano. Atualmente, conta com 7 mil companhias e 330 mil empregos diretos, com carteira assinada. “Há alguns anos estamos alertando as autoridades para o fenômeno da desindustrialização, que ocorre nas últimas duas décadas. No entanto, há uma desaceleração muito grande nos últimos três, quatro anos”, asseverou José Velloso, presidente executivo da Abimaq, presente à manifestação. Ele lembrou que a indústria de máquinas e equipamentos é um termômetro do setor. “Vivemos os últimos quatro anos com seguidas quedas de faturamento, o que denota que a indústria não está investindo. Agora, exaurimos todos os canais. Como última alternativa, nos aliamos aos trabalhadores, que estão sofrendo”, completou Velloso, que atribui a piora da situação a “uma das maiores crises econômicas da história do País”.

Para ele, o Brasil perdeu uma grande oportunidade de, nos anos em que as *commodities* estavam valorizadas, tornar sua indústria competitiva. Velloso concorda que a atual crise política pode ter alguma influência nos baixos resultados, mas ressalta: “Muito antes já estávamos perdendo. A indústria de transformação saiu de 27% para 9% do PIB.”

As centrais sindicais presentes também apostam na unidade dos trabalhadores e empresários para combater a atual política econômica. Para Miguel Torres, presidente da Força Sindical, somente a mobilização forçará o Congresso a votar projetos que visem a indústria nacional. “É preciso fazer pressão. Por isso, três setores da indústria se uniram neste momento – máquinas, autopeças e aço”, disse ele, durante o protesto.

Mobilização

Os problemas foram apontados pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), que, junta-



Ato na Avenida Paulista em defesa da indústria e do emprego: unidade no combate à desaceleração.

Campanhas salariais

Cteep – Em assembleias gerais extraordinárias ocorridas em todo o Estado nos dias 17, 19 e 20 de agosto, os engenheiros que trabalham na Cteep aprovaram a proposta final da empresa para assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2015-2017. Destacam-se: reajuste salarial de 8,2% retroativo à data-base em 1º de junho, correspondente ao IPC-Fipe mais 0,6% de aumento real, extensível a todos os benefícios de caráter econômico, exceto os vales alimentação, refeição e cesta básica que foram reajustados em 10%; Participação nos Lucros e Resultados com valor variável correspondente a 35% da remuneração base, já reajustada em 8,2%, de dezembro de 2015 mais uma parcela fixa de R\$ 4.730,00 (10% superior à de 2014), com adiantamento de R\$ 3.300,00 em 15 de setembro próximo; e manutenção das demais cláusulas do acordo anterior.

SEESP e FNE participam de ato em defesa da engenharia

Representados por vários diretores, inclusive pelo seu presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro, o SEESP e a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) participaram do ato “Pela engenharia, a favor do Brasil”, realizado em 17 de agosto, na sede do Clube de Engenharia, na cidade do Rio de Janeiro. Para o dirigente, “é fundamental que as entidades que congregam profissionais e empresas de engenharia atuem unidas em defesa do desenvolvimento nacional”.

A atividade teve o objetivo de afirmar a necessidade de se garantir, em meio às investigações da “Operação Lava Jato”, a capacidade produtiva do País, a atuação das empresas nacionais de engenharia, e, principalmente, os empregos de milhares de trabalhadores. Na pauta, também teve desta-



Reunindo lideranças de cerca de cem entidades, entre as quais o SEESP, ato aprovou manifesto em prol da profissão e do desenvolvimento.

que a defesa da Petrobras. “Temos que reclamar vigorosamente da redução dos investimentos (*da companhia*)”, afirmou o presidente do Clube, Francis Bogossian.

O presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), José Tadeu da Silva, ressaltou a importância da engenharia para o desenvolvimento nacional e corroborou a necessidade de manter a atividade

de econômica. “O País não pode parar. Sem investimentos, a quebradeira será geral.”

Um manifesto com essa tônica foi aprovado ao final do ato, que reuniu lideranças de cerca de cem entidades, conforme informações do Clube de Engenharia. Confira a íntegra do documento: <http://portalclubede-engenharia.org.br/arquivo/1439980227.pdf/documentos>.

Sistema de transporte público em pauta

Sob coordenação do engenheiro Jurandir Fernandes, ex-secretário de Estado dos Transportes Metropolitanos de São Paulo, ocorreu em 13 de agosto a segunda reunião do Conselho Assessor de Transporte e Mobilidade Urbana do Conselho Tecnológico do SEESP, na sede da entidade, na Capital. Participaram diretores do sindicato e representantes de suas delegacias do Interior do Estado. No ensejo, Francisco Armando Noshgang Cristóvam, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SP Urbanuss), discorreu sobre diversos aspectos relativos ao edital de licitação para contratação de servi-

ços de transporte de passageiros por ônibus na cidade de São Paulo. Na sua opinião, a perspectiva é de processo licitatório até o final do ano para assinatura de contratos em 2016, com vigência de 20 anos, prorrogáveis por mais 20. São 27 áreas

operacionais. As concessionárias terão que “trabalhar com governança, planejamento estratégico *stricto e lato sensu* e investir em capacitação dos profissionais, o que hoje não é o forte das empresas”. E ficarão responsáveis pelo Centro de

Controle Operacional, a ser criado, cujas atribuições incluirão planejamento, gestão dos terminais de transferência e comercialização dos bilhetes.

O edital exige que a frota de veículos de grande capacidade seja colocada na rua em oito meses. Quanto ao modelo de remuneração, que leva em conta horas trabalhadas, quilômetros rodados, preço do veículo, reserva operacional, mas depois é multiplicado por um índice de qualidade, Cristóvam enfatizou: “Estamos questionando isso.” A consulta pública aos editais para concessão do serviço de transporte público sobre pneus foi prorrogada até 31 de agosto e encontra-se disponível em <http://goo.gl/YAUUVN>.



Edilson Reis, diretor do SEESP, Jurandir Fernandes e Cristóvam, durante reunião na sede do sindicato, na Capital.

Bate-papo em encontro de estudantes

Por intermédio de seu Núcleo Jovem, o sindicato esteve representado no 13º Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Ambiental (ENEEAmb), realizado entre 15 e 21 de agosto em Florianópolis (SC). No dia 19, a coordenadora do núcleo, Marcellie Dessimoni, participou de um bate-papo sobre o movimento sindical e a importância da juventude contribuir para a engenharia do País. “É necessário debatermos as políticas que achamos necessárias para o Brasil. Precisamos nos aprimorar e entender o funcionamento das instituições democráticas para construir novos horizontes em prol do desenvolvimento, do crescimento e da valorização da engenharia no nosso País”, afirmou na oportunidade.

Resíduos sólidos foi tema em Taubaté

Dezenas de engenheiros, estudantes, empresários e servidores públicos participaram da palestra sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, ocorrida em 19 de agosto, na sede da Delegacia Sindical do SEESP em Taubaté. A atividade abordou em especial os prazos para fechamento de lixões a céu aberto, o que deveria ter sido feito até 2 de agosto de 2014. No entanto, a estimativa do Ministério do Meio Ambiente é que cerca de 60% dos municípios brasileiros ainda dispõem seus resíduos em vazadouros a céu aberto ou aterros controlados (lixões com cobertura precária). Durante a palestra, foi informado que existe um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados para redefinir datas escalonadas de 2018 até 2021, conforme a população local (PLS nº 425/2014, já aprovado no Senado Federal).